

A misericórdia como combate ao mal

*Antonio Manzatto**

*Antonio Manzatto é doutor em teologia pela Universidade Católica de Lovaina, presbítero da Arquidiocese de São Paulo e professor titular de teologia sistemática na PUC-SP.

Resumo

O autor retoma o pensamento de Adolphe Gesché sobre o mal a fim de caracterizar, de um lado, a possibilidade do humano combater o mal e, de outro lado, a enfatizar a importância do cuidado e da atenção às vítimas que sofrem por conta do mal que as atinge. Retomando a importância da opção preferencial pelos pobres, conquista da teologia da libertação, afirma que ela é, exatamente, a manifestação do cuidado com as vítimas, e situa nesta linha o ensinamento do Papa Francisco sobre a misericórdia. Enxerga, então, a misericórdia de Deus como cuidado para com as vítimas e, por isso, combate ao mal, já que é diminuição do sofrimento, consequência objetiva do mal.

Palavras-chaves: Gesché, Mal, Misericórdia, Teologia.

Abstract

The author takes up the thought of Adolphe about evil in order to characterize, on the one hand, the possibility of human fight evil, and on the other hand, emphasize the importance of care and attention to victims, who suffer because evil hits them. Taking up the importance of the preferential option for the poor, an achievement of liberation theology, he says that it is the manifestation of care to the victims, and is located in this line the teaching of Pope Francisco on mercy. Sees the mercy of God as care to the victims and, therefore, as the fight against evil, because it reduces suffering, objective consequence of evil.

Keywords: Gesché; Evil; Mercy of God, Theology.

Introdução

¹Cf. A. GESCHÉ, *O mal*. Col. *Deus para pensar* I. São Paulo: Paulinas, 2003.

²A.T. QUEIRUGA, *Repensar o mal*. Da ponerologia à teodiceia. São Paulo: Paulinas, 2011.

O mal é um questionamento não apenas ao ser humano, mas como diz Adolphe Gesché, é um questionamento ao próprio Deus. Gesché¹ foi um dos mais importantes teólogos contemporâneos a realizar uma reflexão consequente sobre a questão do mal, como também o fez Andrés Torres Queiruga.² A questão do mal aflige a humanidade desde sempre e sua manifestação assume diversas formas como violência, guerras, tragédias, crimes, cataclismas naturais, doenças e outras tantas maneiras de inserir o sofrimento na história. É uma questão que não está ausente das preocupações e práticas religiosas, seja para combatê-la ou para explicá-la.

O cristianismo não é diferente de outras práticas religiosas neste aspecto, pois também se preocupa com maneiras de combater o mal, de explicá-lo ou de exorcizá-lo pura e simplesmente. Sendo o cristianismo uma religião de salvação, parece ser natural que se ocupe da questão do mal. Já foi dito que todos os aspectos da religião e da teologia cristãs se ocupam dessa questão, ou seja, ela não será enfrentada por uma única prática religiosa ou um único capítulo da teologia, mas pelo conjunto das práticas religiosas e dos capítulos da teologia.

Com efeito, a questão do mal não se esgota na moral teológica ou na reflexão sobre o pecado. Ela ultrapassa tais campos e alcança a teologia sistemática, os estudos exegéticos, o comportamento pastoral, a espiritualidade e todos os setores da reflexão teológica. É toda a teologia que se ocupa em dar uma resposta à questão do mal, porque todo o conjunto de práticas cristãs se relaciona com a salvação.

Tanto Gesché quanto Queiruga se preocupam em reconhecer o mal presente na criação sem com isso se alongar em intermináveis explicações metafísicas, e por isso se preocupam menos em apontar a origem do mal, e muito mais em perceber como é que a vida humana pode se desenvolver ainda que em situações onde o mal está presente.

Compreensão tradicional do mal

³Seguimos, embora não em sua ordem de apresentação nem em sua totalidade, o conteúdo do livro citado anteriormente.

Privilegiemos a reflexão de Gesché.³ É interessante perceber como sua preocupação, efetivamente, não é a de explicar o mal, mas sim a de combatê-lo, tomando-o não em uma moralização de culpabilidade, mas em uma moral que motive o ser humano a encher-se de coragem para o enfrentamento efetivo contra o mal. Aliás, ele afirma que, desde

Agostinho e Tomás, a reflexão teológica sobre o mal não evoluiu tanto assim. Se outros pontos da teologia evoluíram, o mesmo não se pode dizer sobre o mal. Procura-se ainda justificá-lo ou explicá-lo sem que se dê a ele o tratamento que ele merece, o de ser injustificável e irracional. Não há justificativa para o mal, não há razão para que ele se faça presente na história e na vida humana, porque do contrário se lhe daria como que *direito de cidadania*, que poderia existir e atingir a humanidade sem que houvesse possibilidade efetiva de combatê-lo, já que ele teria razoabilidade. Mas não, o mal é inexplicável, ininteligível, e por isso é preciso ultrapassar sua simples justificação.

Na verdade, diz Gesché, desde Agostinho a teologia separa o mal de culpa e o mal de pena, isto é, aquele mal do qual se é culpado porque é pecado, e aquele mal que é enviado seja como castigo ou como provação pedagógica ou penitencial. Sem negá-los, Gesché afirma a necessidade de compreender ainda um outro tipo de mal, que ele chama de mal de desgraça ou calamidade, que não pode ser apontado como procedente do pecado humano ou de uma pena que lhe teria sido imposta.

Se, de um lado, há uma grande vantagem em reconhecer o mal como produto de más ações humanas, já que isso torna o ser humano capaz de lutar contra o mal no sentido de que, se ele é culpado, pode deixar de sê-lo e pode fazer, então, um futuro diferente, deixando de praticar o mal; por outro lado, como que se reduziu toda a questão do mal ao pecado, deixando-se de perceber que há males que não dependem da conduta humana. E são males porque produzem, efetivamente, sofrimento, ou seja, há um dado objetivo nessa produção de malefícios que não acontecem por conta de escolhas humanas, tanto direta como indiretamente. A ideia de que todo o mal se vincula diretamente ao pecado traz uma culpabilidade tão grande ao ser humano que o torna incapaz de reagir diante da questão do mal, fazendo com que se conforme a todo tipo de sofrimento que a realidade do mal se imponha a ele. Ora, não é possível que todo o mal que existe no mundo aconteça por conta de escolhas humanas, mesmo por que há males que ultrapassam tais escolhas. Todo pecado é mal, mas nem todo mal é pecado. Foi exatamente isso que deu oportunidade ao desenvolvimento da compreensão do mal de pena.

Entende-se, aí, o mal como um castigo por conta do pecado cometido pela humanidade. Não seria uma simples consequência direta do pecado como se fosse seu desdobra-

mento natural, mas uma ação tomada por Deus que castiga o ser humano por causa de seu pecado. E quando a ideia de castigo não pode ser aplicada sob nenhum pretexto, então se introduz a ideia de provação, à qual Deus submeteria o humano para verificação de sua fidelidade ou para algum tipo de ensinamento. Sem eliminar de pronto estas ideias, Gesché afirma que não se pode resumir a questão do mal a estes aspectos, por conta de alguns problemas.

⁴A. GESCHÉ, *O mal*, op. cit., p. 62. As referências seguintes serão sobre o mesmo texto, variando apenas o número das páginas.

Um deles é a própria injustiça que se comete em relação às vítimas do mal, como que culpabilizando-as por seu próprio sofrimento. *Não pode ser verdade que todo mal sofrido seja por causa de pena*, diz ele⁴. Por outro lado, nos espantamos diante da crueldade de tantos males que atingem a humanidade de forma que, se procedem diretamente da ação de Deus, seja por castigo ou provação, a própria compreensão de Deus seria modificada porque já não teríamos um Deus bondoso, mas sim colérico e violento.

Outro tipo de consequência é o fato aludido de que, na verdade, tais teorias tendem a tornar o mal justificável, encontrando-lhe uma razão de ser. Além disso, a ideia do mal como castigo pode levar a uma atitude de conformismo, pois será impossível se levantar contra ele, porque se se combate o mal que Deus envia, no fundo se estaria combatendo o próprio Deus. Daí que é necessário pensar a questão do mal a partir de outras chaves hermenêuticas para que se dê conta da afirmação de que Deus é o salvador da humanidade, e não seu verdugo.

Mal de catástrofe.

Gesché diz que o mal não se pode resumir à culpa ou pena, ao pecado ou à ideia de punição ou prova. Existe o que ele chama de mal de desgraça, calamidade ou tragédia, que atinge vítimas inocentes. É um tipo de mal que causa, sim, sofrimento e atinge vítimas que não são culpadas de nenhum ato que esteja em sua origem, nem se pode entendê-lo como castigo ou provação. Tentar uma racionalização nessa direção seria não se dar conta do sofrimento causado às vítimas, seria não reconhecer sua realidade histórica. Podem ser lembradas, por exemplo, as catástrofes naturais como vulcões, tsunamis, terremotos que, como bem se diz, são naturais. Ou seja, pertencem ao domínio da natureza e de suas leis e possibilidades, sobre os quais o ser humano não tem nenhum controle. Entendê-los como ação de Deus que quer punir ou edu-

car, não faz justiça à ideia de um Deus amoroso, tamanho é o sofrimento que tais eventos produzem.

Mesmo na linguagem bíblica o mal não é representado, em primeiro lugar, como culpabilidade, mas sim como calamidade, como uma desgraça que se abate sobre o humano. Se fosse simples questão de culpa, o mal não poderia ser visto como irracional ou algo a ser combatido porque seria, de alguma forma, humano, produto de ação humana. Na verdade o que se percebe é a crueldade, a desumanidade do mal, que não constrói nada, mas sim destrói o humano e suas capacidades e relações.

A própria teoria antiga de dividir o mal como culpa ou pena, já possibilitava a percepção de que há um mal ativo, culpável, e um mal passivo, sofrido. A percepção de Gesché vai na linha de dizer que há a possibilidade de se pensar o mal que ao mesmo tempo é sofrido e não culpável.⁵ Diz ele que esta concepção não é estranha à tradição teológica, pois já compõe a temática do livro de Jó e, de certa forma, figura na temática do pecado original, onde não somos culpados de responsabilidade pessoal, *mesmo que no fato nós o soframos efetivamente e sem que se possa falar de castigo*.⁶ Assim, é perfeitamente possível se falar de um mal de calamidade, mal do qual não se é culpado e que não pode ser entendido como pena, mas que produz vítimas de sofrimento injustificável.

⁵Idem, p. 71

⁶Ibidem.

Combater o mal.

Se não é produto da culpa humana e se não pode ser entendido como castigo merecido, o mal vai poder ser combatido. Exatamente aqui o sentido mobilizador de toda a reflexão que se faz sobre o mal. Se ele é apenas produto da culpa humana, o que se faz é não propriamente combatê-lo, mas combater seu feitor, o humano que o produziu. Daí todo o processo acusatório, ameaçador e culpabilista que se fez a partir do entendimento de que o humano é culpado do mal, porque pecador. Não é difícil perceber os efeitos disso na vivência religiosa recente, e que tipo de efeito produz na sociedade.

Por outro lado, se o mal é visto como um castigo ou provação vindo de Deus, não há como combatê-lo, porque se estará combatendo o próprio Deus. Trata-se, então, de uma compreensão profundamente desmobilizadora diante do mal. Há apenas que suportar o sofrimento, já que não haverá formas de se impedir que aconteça. Além de desmobilizadora, tal compreensão é conformista e fatalista,

impedindo o reconhecimento das vítimas, de um lado, e de outro não afirmando o papel de sujeito histórico que é próprio do ser humano.

A percepção do mal de desgraça, tragédia ou calamidade permite que se coloque imediatamente a responsabilidade do humano diante deste mal que, se não foi por ele causado, pode por ele ser combatido. Pode nos dois sentidos da palavra: pode porque o humano não é desprovido de condições, de capacidades ou de meios para combater o mal; e pode porque como que lhe foi dada permissão para este combater, uma vez que o mal não procede de Deus. Aliás, assim se contempla melhor a questão do mal diante de Deus, porque se o vê não como seu causador ou como impassível diante do sofrimento, mas se o vê engajado na questão e combatente contra o mal, em aliança com o próprio ser humano.⁷

⁷Veja-se o primeiro capítulo da publicação citada.

Transformar o mal em uma questão de combate contempla a realidade das vítimas que sofrem suas consequências. Enquanto a pergunta sobre a causa ou origem do mal se esgota na procura do culpado, o reconhecimento de que há um mal sofrido e não culpável torna a vítima o centro das preocupações, porque se estará menos preocupado em encontrar a razão ou explicação para o mal e mais mobilizado para prestar atendimento e socorro aos que sofrem. É o que transparece na parábola do Bom Samaritano, que acode o homem caído à beira da estrada em primeiro lugar, sem que a procura pelos bandidos seja sua primeira preocupação. Evidentemente não se diz que não é necessário, em um momento ulterior, evitar que o mesmo mal se repita indefinidamente, e por isso, em algum momento, há que se perguntar pela causa daquele sofrimento a fim de verificar se há culpados e, nesse caso, puni-los e impedi-los de continuarem a mesma prática de mal. Também não se diz que não existe o mal de culpa e que não possa existir o mal de pena; o que se faz é introduzir uma terceira categoria, o que significa que as duas primeiras, clássicas na teologia, não precisam ser descartadas, mas podem ser completadas por esta compreensão que privilegia, exatamente, as vítimas.

Cuidado com as vítimas.

Mesmo que não seja suficiente curar as feridas sofridas, e por isso seja necessário pensar em reformas mais profundas do modo de ser humano e no modo de construir nossa sociedade, não é possível preocupar-se apenas com a acusação, porque isso seria desconhecer o sofrimento das vítimas e, no

fim das contas, acaba-se não fazendo nem uma coisa, nem outra; não se socorrem as vítimas e não se transforma o sistema. Muitas vezes a busca exclusiva das responsabilidades provoca o esquecimento da situação objetiva do mal, isto é, do sofrimento produzido nas vítimas.

A salvação deve ser levada prioritariamente aos que mais sofrem; aos que mais precisam dela, esta é a lógica do Evangelho de Jesus. Condenar não é mais importante do que derrotar o mal, lembra Gesché, e isso deve ser feito *no mesmo lugar onde ele deixou os desastres de sua vitória*⁸. A condenação não vem em primeiro lugar, mas o socorro às vítimas é que é prioritário.

A teologia latino-americana bem explicitou tal compreensão quando formulou a opção preferencial pelos pobres. Trata-se de verdadeira afirmação de que o privilégio fundamental recai sobre os que mais sofrem, que toda transformação social tem de ter os pobres como primeiros beneficiados, que toda ação de Igreja deve privilegiar em primeiro lugar os sofredores e que o comportamento cristão, de maneira geral, é o de ter atenção àqueles que são os últimos da sociedade, os excluídos.

Gesché reconhece que a valorização das vítimas é uma das conquistas da teologia da libertação⁹ de raiz latino-americana. Mesmo afirmando a existência de carências e lacunas na construção dessa teologia, Gesché reconhece que, depois dela, não se pode compreender a questão do mal e do sofrimento como se ela não tivesse existido, uma vez que sua contribuição neste campo já está estabelecida.

De maneira muito pedagógica, Gesché lembra que, no cristianismo, como que coexistiram ao longo dos séculos duas tradições sobre o mal, uma que ele remete a Paulo ou Agostinho e outra a Lucas. Diz ele que a primeira tem seu paradigma na questão do pecado original, cuja leitura se faz em chave de culpa, e a segunda tem seu paradigma no livro de Jó, cuja leitura se faz em chave de mal sofrido de forma inocente. As diferenças entre elas são numerosas, de forma que a primeira fala de um mal do qual se é responsável, do qual se é culpado, e se preocupa por isso com o mal moral, o mal do qual se é sujeito. Já a segunda tradição fala de um mal que não é merecido e sua preocupação é com a vítima, e por isso se atenta ao mal físico, o mal de fato, objetivo. A primeira tradição é sensível ao mal intencional; aquele que se situa na consciência humana, o mal de culpa, ativo, desejado, cometido; a segunda tradição fala do mal sem explicação e sem culpa, o mal sofrido, suportado, passivo, chamado mal de desgraça, tragédia ou catástrofe.

⁸A. GESCHÉ, *O mal*, op. cit., p. 50.

⁹Idem, p. 111 ss.

Diz ele que ambas marcaram o Ocidente, fazendo como que dois universos do mal e dois tipos de comportamento religioso:

De um lado, aquele da penitência, da confissão e da expiação (tipo *agostiniano*). Do outro lado, aquele de tudo aquilo que a Igreja fez em matéria de instituições hospitalares, assistenciais e educativas a fim de remediar o mal (tipo *lucano* das curas). Além disso temos o ascetismo individual e o resgate dos cativos (uma primeira forma de prática da teologia da libertação). Na primeira corrente, temos mais uma forma de luta e de conquista interiores, no nível do coração e da consciência...; na outra corrente, temos mais o desdobramento exterior e a ação... Se, de um lado, a preocupação é *celeste* (o destino do pecador), de outro lado, a preocupação é a *terrestre* (*eles não têm o que comer*).¹⁰

¹⁰Idem, p. 112.

Gesché completa seu raciocínio dizendo que no plano das realizações, as duas correntes coexistiram de forma mais ou menos equilibradas porque sempre se pregou e se trabalharam as práticas de penitência e as obras assistenciais. No nível da teologia e da compreensão da questão do mal, o que prevaleceu sempre foi a primeira tradição, de marca paulina ou agostiniana. A teologia do pecado e da culpa é muito presente em nosso universo teológico e religioso, enquanto que a de atenção às vítimas é bem pouco presente, e consiste em uma das afirmações mais importantes da teologia da libertação.

Analisando as razões para o privilégio da primeira tradição, Gesché aponta para o pensamento agostiniano, enquanto diz que a modernidade é muito mais sensível ao mal objetivo, o mal de desgraça, sobretudo ligado às questões de sociedade e suas estruturas. Segundo ele, a teologia esteve pouco preparada para discutir as questões de sociedade e de mal objetivo e estrutural, exatamente a sensibilidade atual de nossas sociedades, e foi este o espaço ocupado pela teologia da libertação. Há uma dívida para com ela, exatamente a de preocupação com o mal de desgraça e atenção prioritária às vítimas.

Francisco e a misericórdia.

A teologia da libertação que foi produzida no continente latino-americano não deixou de ser combatida pelos setores

mais conservadores da Igreja e da sociedade. Sua atenção às vítimas, em especial os pobres, que sofrem as consequências do sistema social que produz pobreza e sofrimento, não poderia passar despercebida diante dos senhores do sistema, que o implantaram e o defendem porque lucram com ele. Não foi sem espanto, portanto, que o mundo viu a eleição de um papa latino-americano em 2013, um papa que conheceu, vivenciou e promoveu, à sua maneira, a teologia produzida na América Latina.

Não se vai aqui apontar as relações de Francisco com a teologia da libertação, o que pode ser encontrado em outro lugar.¹¹ Cabe lembrar que o contexto de sua eleição esteve profundamente marcado pela necessidade de reformas profundas no modo de ser da Igreja, não apenas do papado. Com efeito, chegava-se ao fim de um modelo eclesial próximo ao de neocristandade que não produzira os efeitos desejados, ao contrário. Com linguagem tradicional e conservadora, tal modelo não fermentou a sociedade com os valores do evangelho, mas trouxe para o interior da vivência eclesial o que de mais daninho a cultura *mundana* produziu, como concorrência, carreirismo, estrelismo, busca desenfreada de sucesso e dinheiro, conluíus, espionagem, *lobbies*, tráfico de influência, corrupção, lavagem de dinheiro e outras tantas desgraças que precisavam ser tiradas do horizonte da vida da Igreja.

Francisco chegou com ares de reformador, e imediatamente se esperou que ele fizesse mudanças na estrutura eclesial. Ele as fez, mas poucas. As maiores mudanças se referem ao comportamento cristão e ao objetivo da ação eclesial. Ao invés de reclamar que a sociedade não ouve o que a Igreja diz, como é próprio da neocristandade, Francisco entende que *evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo*,¹² em linha direta com os ensinamentos do Concílio Vaticano II. Com seus pronunciamentos e suas atitudes, Francisco foi mostrando que o mais importante para a Igreja não é o lugar de destaque que ela possa ocupar entre os grandes e poderosos do mundo, mas sim estar ao lado dos pequenos, pobres e sofrendores.

A opção preferencial pelos pobres tem sido uma marca do pontificado de Francisco, mesmo que ele não utilize a expressão. A realidade de vida dos pobres, dos sofrendores, dos últimos da sociedade, está sempre presente em seus pronunciamentos, orações e preocupações. Para o interior da Igreja, ele tem sido efetivamente um Papa de reformas, lembrando que o confessionário não deve ser uma sala de torturas, que

¹¹Veja-se A. MANZATTO, O Papa Francisco e a teologia da libertação. *Revista de Cultura Teológica*, 86 (2015) pp. 183-203.

¹²FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*. São Paulo: Paulinas, 2013, p. 176.

os agentes eclesiais precisam preocupar-se mais com as periferias, que a Igreja precisa ser pobre, que os pastores não devem procurar privilégios ou seus próprios benefícios, mas o bem do rebanho, propondo que as instituições eclesíásticas acolham refugiados e, como se tudo isso ainda fosse pouco, afirmando ser seu sonho uma Igreja pobre e dos pobres.

Desde o início de seu pontificado afirma que a Igreja precisa compreender-se e situar-se na linha da misericórdia¹³. E finalmente, proclamou o Ano Santo Extraordinário da Misericórdia para ser vivido em 2015-2016. Seus escritos¹⁴ e pronunciamentos vão na linha de promover a misericórdia, caminho para a inclusão, o acolhimento, a abertura da Igreja a tantas situações humanas de sofrimento de maneira a configurá-la como uma Igreja em saída, atenta às realidades do mundo e, sobretudo, atenta aos pobres e sofredores.

Para Francisco, a misericórdia não é um apêndice ou uma prática opcional da Igreja. Muito mais englobante, a misericórdia é chave para a compreensão da ação de Jesus Cristo e do Deus que ele revela.¹⁵ Por isso a misericórdia deve ser a tônica da vida da Igreja, que só se compreenderá como Igreja de Jesus Cristo se se estruturar em torno da misericórdia. Para Francisco, a compreensão de misericórdia se estrutura, sem dúvidas, na linha da tradição lucana apontada por Gesché. E aqui reside um fato interessante, que mostra como a prática de Francisco quer ser transformadora e o interior da Igreja resiste a essas mudanças.

Francisco insiste que o Ano Santo deve ser prioritariamente um momento de prática de ações de misericórdia no sentido de responder a males objetivos que afetam a humanidade e produzem sofrimento nos mais pobres, como na tradição de Lucas segundo a distinção feita por Gesché. Esta é a chave de leitura da Bula *Misericordiae Vultus* e da Carta Encíclica *Laudato Sí*, e também ajuda compreender suas viagens a países periféricos, seus pronunciamentos junto aos movimentos sociais, suas práticas de ecumenismo e todo o exercício de seu pontificado. Neste sentido, o Ano da Misericórdia é como que a proposta de esparramar para a Igreja do mundo todo aquilo que vem sendo sua preocupação principal no Trono de Pedro, a preocupação com os fracos, com os pobres, com as vítimas do sistema. Por outro lado, em muitos lugares, o Ano Santo da Misericórdia foi proposto e vivido quase que exclusivamente em práticas penitenciais ou ligado às preocupações com o pecado e com o mal de consciência, tanto que o Papa, quase no final do Ano Santo,¹⁶ convoca todas as instituições eclesíásticas a realizarem ao menos uma

¹³Interessante o estudo de W. KASPER, *A misericórdia. Condição fundamental do Evangelho e chave da vida cristã*, São Paulo: Loyola, 2015.

¹⁴Assim em seus principais textos: a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* (2013), a Bula *Misericordiae vultus* (2015) e, sobretudo, a Encíclica *Laudato si'* (2015). Embora com temática mais específica, a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris laetitia* (2016) não esquece o tema.

¹⁵Se o mal é algo que deve ser respondido pelo conjunto todo da religião e da teologia cristã, a misericórdia deve configurar toda a teologia e o conjunto das práticas eclesiais.

¹⁶Assim em *Video-mensagem do Santo Padre Francisco para a iniciativa Seja a misericórdia de Deus organizada pela Fundação Pontifícia de Ajuda à Igreja que Sofre*, de 17 de maio de 2016.

efetiva obra de misericórdia que permaneça depois de terminado o ano jubilar. Ou seja, Francisco fala muito mais em socorrer as vítimas das desgraças do mundo, independente do fato se há nisso culpa ou não, enquanto os setores eclesiais dominantes ainda permanecem adstritos à tradição de origem agostiniana.

Conclusão.

O Papa tem dito, repetidas vezes, que o essencial é cuidar das vítimas, dos feridos pela história, e por isso quer uma Igreja como um hospital de campanha, que acolhe e cura as feridas dos sofredores; que prefere uma Igreja que não tenha medo de sujar-se com o sofrimento da história, exatamente porque ocupada em fazer diminuir o sofrimento das pessoas, do que uma Igreja completamente asséptica em seus ritualismos e legalismos que não ajudam as pessoas a viver; que ele quer uma Igreja no meio do mundo, em saída, junto aos pobres e sofredores, solidariamente presente junto a eles. Para Francisco, a atenção às vítimas é uma forma de combater o mal porque é uma forma de diminuir o sofrimento das pessoas, efeitos da realidade do mal.

É esta não é uma questão sem importância. O mal continua sendo um grande desafio para o mundo, para o ser humano, para a Igreja e sua teologia, e pode mesmo ser um grande desafio para Deus. A questão é menos saber de onde ele vem, e mais encontrar maneiras de combatê-lo, uma vez que ele permanece injustificável e irracional, sem direito de cidadania no mundo que queremos construir. Daí que a teologia pode ficar menos preocupada com a metafísica do mal e mais interessada na historicidade e objetividade do que ele causa como sofrimento em suas vítimas. A Igreja pode ficar menos preocupada em encontrar culpados, e mais atenta às realidades e às necessidades dos sofredores. Não que aquilo não seja necessário, mas o momento histórico é muito mais o de preocupação com as vítimas, como que de prestação de primeiros socorros.

Profundamente afetada por práticas pouco evangélicas, a Igreja de Francisco propõe voltar-se ao que é essencial. Ela não se caracteriza por acusações ou condenações do mundo, mas pelo anúncio da salvação que é endereçado em primeiro lugar aos pobres. Cuidar das vítimas é afirmação da fidelidade ao Evangelho de Jesus porque é prática de misericórdia, e é maneira de combater o mal porque *diminui seus efeitos* e permite retomar o caminho da salvação.